

## **1 Informações gerais**

### **1.1 Contexto operacional**

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia" ou "Grupo") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") têm como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Venezuela, 43, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui vinte e três empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo vinte mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada, e reúne uma Universidade, treze Centros Universitários e cinquenta e três Faculdades, credenciadas e distribuídas em vinte e três estados do país e no Distrito Federal.

Em reunião realizada em 11 de julho de 2019, o Conselho de Administração da Estácio Participações S.A. deliberou a criação de nova marca para a Companhia, que passou a ser conhecida como **YDUQS**.

A alteração da marca da *holding* possibilita uma melhor utilização de recursos em negócios já existentes, além da construção de posicionamentos diferentes por meio de novas marcas e o desenvolvimento de novas unidades de negócios.

Em 21 de outubro de 2019 a Companhia divulgou fato relevante informando que a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA ("SESES") assinou em 18 de outubro de 2019, instrumento particular de compra e venda para adquirir a totalidade das quotas da Adtalem Brasil Holding S.A. ("Adtalem" e "Transação", respectivamente), pelo valor de R\$1,92 bilhão (Enterprise Value) ("EV"), acrescido da posição líquida pro forma do caixa da Adtalem de R\$ 305 milhões, em 30 de junho de 2019. O pagamento do valor total será realizado à vista na data de fechamento. O valor da transação contempla um mecanismo de locked-box em que todo o caixa gerado pelas operações da Adtalem entre 30 de junho de 2019 até a data fechamento permanecerá no caixa da companhia adquirida. O preço da transação será pago com recursos próprios e financiamentos. A conclusão da transação não está sujeita à aprovação dos acionistas da Companhia, mas está sujeita a condições precedentes usuais e à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Em 14 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda. ("UniToledo"), através de sua subsidiária direta Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"), pelo montante de R\$ 112.646 (Nota 1.5).

A denominação social Estácio Participações S.A. não será alterada e a marca Estácio permanecerá servindo as operações atuais no segmento de educação superior. As ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas na B3 sob novo código de negociação ("YDUQ3") em substituição ao "ESTC3" e novo nome de pregão ("YDUQS PART"). Adicionalmente, os ADRs negociados no mercado norte-americano passaram a ser negociados sob o código "YDUQY" em substituição ao "ECPCY".

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2020, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado).

### **1.2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) estão apresentadas na Nota 2.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: provisão para crédito de liquidação duvidosa, perda (*impairment*) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e vida útil dos ativos (Nota 2.21).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

### **1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

#### **Normas novas que estão em vigor a partir de 2019**

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, CPC e CVM e está em vigor para o exercício de 2019:

**IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil":** A IFRS 16 entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 (R1) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Com essa nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Foi concluído o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras.

A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado (simplificado), calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.

Seguindo entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 sobre o CPC 06 (R2) – IFRS 16, para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas entre o intervalo de 8,59% e 10,19%(a.a), as quais variam conforme o prazos arrendamentos.

O aumento do passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento do direito de uso dos ativos, que resulta a adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Quadro comparativo com os efeitos do IFRS16:

	2019	Efeitos da adoção do IFRS 16	2019 (sem IFRS 16)
Ativo			
Imobilizado	1.732.222	(970.394)	761.828
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	(170.054)	137.701	(32.353)
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos	(1.481.598)	870.919	(610.979)
Resultado			
Despesa/Custo de depreciação	(360.949)	163.984	(196.965)
Despesa/Custo de aluguel	(241)	(218.626)	(218.867)
Despesa financeira	(341.231)	92.650	(248.581)

**IFRIC 23/CPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro":** A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

**1.4 Consolidação**

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é de 100% em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

**Diretas:**

Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")  
 Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")  
 Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")  
 Estácio Editora ("Editora")  
 União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("Estácio Ribeirão Preto")

**Indiretas:**

Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")  
 ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")  
 Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")  
 Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")  
 Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")  
 Unisãoluis Educacional S.A ("UNISÁOLUIS")  
 Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUL")  
 Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")  
 Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")  
 Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")  
 Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")  
 Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicef Ltda. ("Estácio Amazonas")  
 Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")  
 Faculdade Nossa Cidade ("FNC")  
 Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma**

---

Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFSS")  
Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda. ("Unitoledo") (i)

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

(i) Para esta empresa conforme mencionado na NE 1.5, a aquisição aconteceu em 14 de novembro de 2019.

## **1.5 Combinação de negócios**

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Em 2018 não houve aquisições e a aquisição realizada em 2019 está resumida a seguir:

### **Sociedade Ensino Superior Toledo Ltda. (Unitoledo)**

Em 14 de novembro de 2019, a Estácio Participações S.A. (YDQUS) adquiriu, através da sua controlada direta Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"), a totalidade das quotas da Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda., pelo montante de R\$ 112.646. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019, em decorrência dessa aquisição é de R\$ 47.693, sendo R\$ 47.301 referente ao valor principal e R\$ 392 de atualização monetária.

A Unitoledo, fundada em 1966, é uma instituição de ensino superior de tradição e excelência reconhecida na oferta de cursos de graduação e pós-graduação. A instituição possui localização privilegiada no município de Araçatuba, região noroeste de São Paulo. Totalizando cerca de 5,3 mil alunos no segmento presencial e 3.155 vagas anuais autorizadas, a Unitoledo possui o status de Centro Universitário e conta com um portfólio de 25 cursos de graduação e 18 cursos de pós-graduação, além de cursos técnicos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	<u>Unitoledo</u>
<b>Ativo</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	272
Contas a receber de clientes	3.087
Impostos e contribuições	312
Outros investimentos	106
Imobilizado	6.038
Intangível	275
Outros ativos	370
	<u><b>10.460</b></u>
<b>Passivo</b>	
Empréstimos e financiamentos	(214)
Fornecedores	(341)
Obrigações trabalhistas	(3.427)
Obrigações tributárias	(112)
Parcelamentos	(6.548)
Outras obrigações	(17)
	<u><b>(10.659)</b></u>
<b>Total de ativos identificáveis líquidos ao valor justo</b>	<u><b>(199)</b></u>
Marca	22.738
Carteira de alunos	4.338
Licenças	606
Goodwill	94.575
Imposto de renda diferido	(9.412)
<b>Total da Contraprestação</b>	<u><u><b>112.646</b></u></u>
<b>Fluxo de Caixa no momento da aquisição</b>	
Caixa	65.344
Compromissos a pagar (Nota 15)	47.301
<b>Fluxo de caixa líquido da aquisição</b>	<u><u><b>112.646</b></u></u>

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foi feita com base em uma avaliação do valor justo na data base e aquisição.

**2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

**2.1 Consolidação**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

**Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

## **2.2 Instrumentos financeiros**

### **Ativos financeiros**

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

#### Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas;
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos judiciais.

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros (instrumentos de dívida) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes  
(instrumentos de patrimônio)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui ativos financeiros (instrumentos de patrimônio) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia classificados valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras consolidadas, pela adoção, diferente daquele mencionado na Nota 1.3.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, pois de acordo com a avaliação da Companhia além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

**Passivos financeiros**

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, debêntures e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.



## **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

## **2.4 Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, vencimento de longo prazo, com liquidez imediata e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

## **2.5 Contas a receber e mensalidades antecipadas**

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

## **2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa**

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

## **2.7 Investimentos em controladas**

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

## **2.8 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

## **2.9 Intangível**

### **(a) Ágio**

O ágio (*goodwill*) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

### **(b) Fundo de comércio**

#### **(b.1) Carteira de alunos**

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

#### **(b.2) Marca**

A marca registrada representa um ativo intangível de vida definida, dado que é um ativo não monetário identificável, mensurável e sem substância física. É calculada utilizando a taxa média para empresas de ensino obtida junto a *Royalty Source*. A amortização é calculada com base na estratégia da companhia em relação ao tempo de manutenção da marca da empresa adquirida até a mudança total para a marca “Estácio”.

#### **(b.3) Licença de operação**

O valor justo da licença de operação existente é determinado com base na abordagem de custo. O valor é derivado das despesas correntes para adquirir a mesma, que incluem: as taxas do MEC, elaboração de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico de Cursos), aluguel antes do início da operação e custos diversos com professores para visitas, viagens, refeições, transporte e etc. A amortização é calculada com base no período de credenciamento das instituições de ensino, que é realizado de três em três anos.

#### **(b.4) Mais valia de ativos**

Determinado pela diferença entre a soma do valor justo dos ativos líquidos identificáveis (determinado com base no CPC 15 – Combinação de negócios) e o valor contábil do ativo adquirido.

### **(c) Softwares**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

## **2.10 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do *ágio* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o *ágio* é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de *ágio* reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

## **2.11 Arrendamento mercantil**

### **Arrendamento financeiro**

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados de acordo com o prazo do contrato de arrendamento. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### **Arrendamento operacional**

São reconhecidos no resultado do exercício em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

## **2.12 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## **2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

## **2.14 Provisão para desmobilização de ativos**

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino do Grupo estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

## **2.15 Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.16 Tributação**

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

### **Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permitem que os tributos calculados sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica não sejam recolhidos aos cofres governamentais. A isenção decorrente do PROUNI não poderá ser distribuída aos sócios e deverá constituir a reserva de lucro.

### **PIS e COFINS**

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,60%.

### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos são revisados em cada data do balanço e baixados na extensão em que não são mais prováveis que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## **2.17 Pagamento baseado em ações**

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores e paga a contraprestação com instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia reconheceu a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas, conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

## **2.18 Participação nos lucros**

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

## **2.19 Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 21)

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

## **2.20 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

## **2.21 Reconhecimento da receita, custos e despesas**

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

### **(a) Receita de serviços**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

### **(b) Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

## **2.22 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

### **Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

### **Estimativas e premissas contábeis críticas**

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**(i) Perda (*impairment*) do ágio**

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*), no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	Em percentuais	
	2019	2018
Margem bruta média (i)	53,5	54,6
Taxa de crescimento (ii)	5	5
Taxa de desconto (iii)	13,7	12,4

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

**(ii) Transações com pagamentos baseados em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).

A Companhia possuía o Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP" tinha como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependia do valor de mercado de suas ações. A remuneração, no âmbito do presente Programa, foi paga em 4 (quatro) parcelas anuais, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorreu cada pagamento.

**(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**(iv) Vida útil dos ativos**

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

**(v) Provisão para crédito de liquidação duvidosa**

A partir de 1º de janeiro de 2018 a PCLD passou a ser calculada de acordo com as diretrizes do IFRS 9 – CPC 48. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

## **2.23 Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

## **2.24 Demonstração do valor adicionado ("DVA")**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## **2.25 Informações por segmento**

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Caixa e bancos	74	146	12.251	13.686
Caixa e equivalentes de caixa	74	146	12.251	13.686
Títulos Públicos Federal (Fundos exclusivos)	128.912	195.159	366.116	636.380
LFs (Fundos exclusivos)	62.953	30.809	178.787	100.463
CDB	14.400	8.640	43.303	49.630
CDB (Fundos exclusivos)	2.176	38	6.179	125
Compromissada (Fundos exclusivos)		4.996		16.290
Títulos Públicos (Fundos exclusivos)	37	30	2.476	1.457
Título de capitalização				15
Títulos e valores mobiliários	208.478	239.672	596.861	804.360

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2019, as operações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com exceção dos títulos públicos, que são indexados à Selic e taxas pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "valor justo por meio do resultado".

As aplicações em fundos exclusivos são lastreadas por alocações financeiras em cotas de fundos, CDBs, LFs, títulos públicos, operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha. A remuneração média dos fundos de investimento em 31 de dezembro de 2019 foi de 96,74% do CDI com uma rentabilidade média no ano de 2019 de 98,55% do CDI (em 31 de dezembro de 2018 a rentabilidade média anual foi de 98,59% do CDI).

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxa média de 98,95% em 31 de dezembro de 2019 (98,93% 31 de dezembro em 2018).

A Companhia não possui ativos financeiros desconhecidos e operações com derivativos. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota 18.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**4 Contas a receber**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Mensalidades de alunos	1.057.226	846.528
FIES (a)	295.598	153.786
Convênios e permutas	11.730	23.283
Cartões a receber (b)	91.130	73.769
Acordos a receber	71.554	72.689
	<u>1.527.238</u>	<u>1.170.055</u>
PCLD	(471.190)	(402.646)
Valores a identificar	(7.384)	(11.338)
(-) Ajuste a valor presente (c)	(27.442)	(45.019)
	<u>1.021.222</u>	<u>711.052</u>
Ativo circulante	759.622	571.854
Ativo não circulante	261.600	139.198
	<u>1.021.222</u>	<u>711.052</u>

O saldo dos valores a receber a longo prazo em 31 de dezembro de 2019 está relacionado ao PAR (Programa de Parcelamento Estácio) e DIS (Diluição de mensalidade). A composição por idade é a seguinte:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
2020		19.136
2021	145.489	40.241
2022	129.720	139.746
2023 a 2024	128.304	70.251
(-) Ajuste a valor presente (c)	(27.442)	(45.019)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(114.471)	(85.157)
	<u>261.600</u>	<u>139.198</u>
Ativo não circulante		

O PAR é a modalidade de parcelamento oferecido pela Estácio aos seus alunos, onde o aluno pode parcelar até 70% do valor das mensalidades, para pagamento a partir do 1º mês subsequente a conclusão do curso, atualizado monetariamente pelo IPCA.

O DIS é a modalidade de pagamento do valor de R\$ 49,00 nas primeiras mensalidades, e a diluição da diferença para o valor integral das mensalidades sem bolsas e/ou benefícios, em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular conclusão do curso, atualizado mensalmente pelo IPCA.

(a) As contas a receber do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros, repassados pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.

(i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.

(ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão sobre os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.

(iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão sobre os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,45%.

## Estácio Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de mensalidades e negociações em atraso.

(c) O ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2019 soma R\$ 27.442 (R\$ 20.814 referente ao PAR e R\$ 6.628 ao DIS) e em 31 de dezembro de 2018 soma R\$ 45.019 (R\$ 36.626 referente ao PAR, R\$ 8.110 ao DIS e R\$ 283 referente ao programa Educar Amazônia).

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2019	%	2018	%
FIES	295.598	19	153.786	13
A vencer	628.569	42	482.732	41
Vencidas até 30 dias	134.384	9	99.612	9
Vencidas de 31 a 60 dias	80.080	5	97.046	8
Vencidas de 61 a 90 dias	65.201	4	82.811	7
Vencidas de 91 a 179 dias	111.876	7	87.127	8
Vencidas há mais de 180 dias	211.530	14	166.941	14
	<u>1.527.238</u>	<u>100</u>	<u>1.170.055</u>	<u>100</u>

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2019	%	2018	%
A vencer	24.450	34	26.996	37
Vencidas até 30 dias	5.570	8	6.662	9
Vencidas de 31 a 60 dias	5.018	8	5.440	8
Vencidas de 61 a 90 dias	5.159	7	4.927	7
Vencidas de 91 a 179 dias	11.148	15	8.231	11
Vencidas há mais de 180 dias	20.209	28	20.433	28
	<u>71.554</u>	<u>100</u>	<u>72.689</u>	<u>100</u>

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), no consolidado, segue demonstrada abaixo:

Saldo em 2017	205.062
Constituição	333.166
Adoção das novas práticas lançadas ao patrimônio líquido	77.705
Baixa de boletos / cheques vencidos há mais de 360 dias	<u>(213.287)</u>
Saldo em 2018	402.646
Constituição	310.367
PCLD adquirida no ato da aquisição	11.041
Baixa de boletos / cheques vencidos há mais de 360 dias	<u>(252.864)</u>
Saldo em 2019	<u>471.190</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais (Nota 24), estava representada da seguinte forma:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Efeito líquido da PCLD no resultado	310.367	333.166
Baixa / (Reversão) de boletos vencidos há mais de 360 dias	(2.232)	167
Outros		366
	<b>308.135</b>	<b>333.699</b>

**5 Partes relacionadas**

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas. Nas operações com partes relacionadas não há incidência de juros e/ou atualização monetária.

O saldo de contas a receber das controladas refere-se à rateio de despesas organizacionais e estão descritos a seguir:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ativo circulante		
Conta corrente		
Seses	9	14
Irep	3	6
São Luís		447
Estácio Ribeirão Preto	1	2
Estácio Editora	6	
Outros	3	9
Sociedades controladas	<b>22</b>	<b>478</b>
	<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Passivo circulante		
Conta corrente		
Seses	51	
Sociedades controladas	<b>51</b>	

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**6 Despesas antecipadas**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Seguros	3.144	2.944
Material didático	190	1.013
Antecipação de férias e encargos	4.008	2.670
Taxa de credenciamento - MEC	1.755	2.005
Cooperação técnico pedagógica Santa Casa	1.901	2.260
Outras despesas antecipadas	794	661
	<b>11.792</b>	<b>11.553</b>
Ativo circulante	7.034	6.034
Ativo não circulante	4.758	5.519
	<b>11.792</b>	<b>11.553</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 283 é referente aos seguros elementares da controladora.

**7 Impostos e contribuições a recuperar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
IRRF	2.685	1.402	13.155	10.302
Adiantamentos IRPJ/CSLL (i)			6.261	76.907
IRPJ/CSLL a compensar (ii)	37.707	41.950	151.152	75.257
PIS (iii)			2.231	3.129
COFINS (iii)			8.018	12.605
ISS		3	59.334	52.625
INSS			15.767	6.675
OUTROS			557	557
	<b>40.392</b>	<b>43.355</b>	<b>256.475</b>	<b>238.057</b>
Ativo circulante	3.840	2.145	80.050	135.810
Ativo não circulante	36.552	41.210	176.425	102.247
	<b>40.392</b>	<b>43.355</b>	<b>256.475</b>	<b>238.057</b>

(i) O montante apresentado nesta linha refere-se aos adiantamentos de IRPJ/CSLL, ocorridos no ano corrente. Em maio de 2018, houve uma revisão do cálculo do incentivo fiscal do PROUNI por conta de uma desabilitação temporária da Controlada SESES que proporcionou um acúmulo de créditos fiscais com relação ao pagamento a maior de IRPJ/CSLL.

(ii) Este montante representa o excesso de antecipações do IRPJ/CSLL ocorrido em anos anteriores, que são utilizados para as compensações de tributos da União e são corrigidos mensalmente pela taxa Selic. O aumento ocorrido entre os anos de 2019 e 2018 é decorrente dos fatos mencionados no item (i).

(iii) Conforme mencionado no item (i), em decorrência de uma desabilitação temporária da Controlada SESES, houve um acúmulo de créditos fiscais com relação ao pagamento a maior de PIS e Cofins, no valor de R\$ 17.106 onde a Companhia compensou o montante de R\$ 6.201 e R\$ 3.863 ao longo de 2019 e 2018 respectivamente.

## Estácio Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

## 8 Investimentos em controladas

### (a) Controladora Estácio Participações S.A.

	2019		2018	
	Investimento	Perda com Investimento	Investimento	Perda com Investimento
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	1.394.421		1.038.451	
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	1.119.135		1.040.045	
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	3.424		2.860	
Estácio Editora e Distribuidora Ltda. ("Editora")		(30)		(30)
Sociedade de Ensino Superior Estacio Ribeirão Preto Ltda. ("Estácio Ribeirão Preto")	95.160		70.144	
	2.612.140	(30)	2.151.500	(30)

As informações das controladas estão representadas a seguir:

								2019
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SESES	100%	610.677	2.376.452	982.031	1.394.421		1.394.421	445.149
IREP	100%	526.272	1.577.310	520.617	1.056.693	62.442	1.119.135	168.616
NACP	100%	16.614	4.284	860	3.424		3.424	(801)
Editora (i)	100%	251	32	67	(35)	5	(30)	
Estácio Ribeirão Preto	100%	23.837	225.094	127.704	97.390	(2.230)	95.160	84.536
		<u>4.183.172</u>	<u>1.631.279</u>	<u>2.551.893</u>	<u>62.447</u>	<u>(2.230)</u>	<u>2.612.110</u>	<u>697.500</u>

  

								2018
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SESES	100%	610.677	1.640.235	601.784	1.038.451		1.038.451	376.058
IREP	100%	515.080	1.205.630	228.027	977.603	62.442	1.040.045	246.018
NACP	100%	15.699	4.030	1.170	2.860		2.860	(1.764)
Editora (i)	100%	251	31	66	(35)	5	(30)	
Estácio Ribeirão Preto	100%	23.837	127.381	55.007	72.374	(2.230)	70.144	80.369
		<u>2.977.307</u>	<u>886.054</u>	<u>2.091.253</u>	<u>62.447</u>	<u>(2.230)</u>	<u>2.151.470</u>	<u>700.681</u>

(i) Provisão para passivo a descoberto registrado na conta "Outros" do passivo não circulante da controladora.

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Investimentos em controladas em 2017	2.118.132
Equivalência patrimonial	700.681
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.295
Dividendos adicionais de 2017	(330.000)
Dividendos em 2018	(310.000)
Opções outorgadas	7.678
Adoção de novas praticas IFRS 09	(51.286)
Investimentos em controladas em 2018	<u>2.151.500</u>
Equivalência patrimonial	697.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.777
Opções outorgadas	(1.265)
Dividendos 2019	(263.909)
Plano de ações restritas	13.537
Investimentos em controladas em 2019	<u>2.612.140</u>

## Estácio Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2019.

Abaixo as informações dos investimentos das controladas diretas:

#### (b) Controladora Sociedade de Ensino Superior Estacio de Sá Ltda. ("SESES")

	2019	2018
Sociedade De Ensino Superior Toledo Ltda. ("UNITOLEDO")	115.538	
	<u>115.538</u>	

As informações das controladas da SESES estão representadas a seguir:

							2019
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
UNITOLEDO	100%	2.110	39.577	37.916	1.661	94.575	96.236
			<u>39.577</u>	<u>37.916</u>	<u>1.661</u>	<u>94.575</u>	<u>96.236</u>

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta SESES em controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Equivalência patrimonial	860
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.000
Aquisição de controlada	(199)
Ágio na aquisição	<u>94.575</u>
Investimentos em controladas em 2019	<u>96.236</u>



# Estácio Participações S.A.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

### (c) Controlada Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")

	2019	2018
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	586.235	538.914
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	8.921	11.859
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	28.646	28.747
	<u>623.802</u>	<u>579.520</u>

As informações das controladas da IREP estão representadas a seguir:

2019								
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
ATUAL	100%	41.927	690.098	119.366	570.732	15.503	586.235	71.588
FAL	100%	20.031	11.621	10.776	845	8.076	8.921	(2.937)
FATERN	100%	9.160	17.980	4.313	13.667	14.979	28.646	(101)
			<u>719.699</u>	<u>134.455</u>	<u>585.244</u>	<u>38.558</u>	<u>623.802</u>	<u>68.550</u>
2018								
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
ATUAL	100%	40.512	705.689	182.278	523.411	15.503	538.914	77.259
FAL	100%	20.031	10.770	6.987	3.783	8.076	11.859	(2.798)
FATERN	100%	9.160	17.479	3.711	13.768	14.979	28.747	(1.772)
			<u>733.938</u>	<u>192.976</u>	<u>540.962</u>	<u>38.558</u>	<u>579.520</u>	<u>72.689</u>

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta IREP em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Investimentos em controladas em 2017	548.047
Equivalência patrimonial	72.689
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.151
Dividendos adicionais de 2017	(20.000)
Dividendos em 2018	(42.403)
Adoção de novas práticas IFRS 09	(9.964)
Investimentos em controladas em 2018	<u>579.520</u>
Equivalência patrimonial	68.550
Adiantamento para futuro aumento de capital	28.962
Dividendos 2019	(53.498)
Opções Outorgadas	268
Investimentos em controladas em 2019	<u>623.802</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**(d) Controlada Sociedade Atual da Amazônia ("ATUAL")**

	2019	2018
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	49.706	43.576
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	2.785	3.147
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	18.612	18.182
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUL")	1.406	1.653
Unisãoluis Educacional S.A ("SÃO LUIS")	86.470	79.506
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	48.836	47.292
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	6.340	7.049
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicef Ltda. ("Estácio Amazonas")	50.724	48.741
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")	94.848	90.427
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")	48.486	47.390
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")	94.155	95.322
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")	37.526	36.999
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS")	13.899	16.441
	<u>553.793</u>	<u>535.725</u>

As informações das controladas da ATUAL estão representadas a seguir:

2019								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Fundo de Comércio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SEAMA	100%	8.606	60.796	29.125	31.671	18.035	49.706	18.652
IDEZ	100%	8.147	4.151	3.413	738	2.047	2.785	(1.663)
FARGS	100%	9.778	18.084	7.527	10.557	8.055	18.612	1.713
UNIUL	100%	10.028	1.223	773	450	956	1.406	(897)
SÃO LUIS	100%	3.795	100.513	41.411	59.102	27.368	86.470	21.282
FACITEC	100%	6.051	85.039	62.857	22.182	26.654	48.836	4.834
ASSESC	100%	2.416	11.755	10.138	1.617	4.723	6.340	(1.209)
Estácio Amazonas	100%	14.980	55.960	31.450	24.510	26.214	50.724	3.362
IESAM	100%	48.796	76.775	20.729	56.046	26.797	12.005	94.848
CEUT	100%	16.938	46.338	25.420	20.918	27.568	48.486	6.541
FNC	100%	22.328	51.551	31.404	20.147	72.046	1.962	94.155
FCAT	100%	12.191	46.182	29.694	16.488	20.121	917	37.526
FUFS	100%	13.593	12.756	5.269	7.487	6.255	157	13.899
		<u>571.123</u>	<u>299.210</u>	<u>271.913</u>	<u>266.839</u>	<u>15.041</u>	<u>553.793</u>	<u>73.730</u>
2018								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Fundo de Comércio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SEAMA	100%	4.407	31.455	5.914	25.541	18.035	43.576	5.263
IDEZ	100%	7.297	2.277	1.177	1.100	2.047	3.147	(1.118)
FARGS	100%	8.606	16.256	6.129	10.127	8.055	18.182	(893)
UNIUL	100%	9.478	1.402	705	697	956	1.653	(2.009)
SÃO LUIS	100%	3.795	84.529	32.391	52.138	27.368	79.506	31.304
FACITEC	100%	6.051	30.368	9.730	20.638	26.654	47.292	8.399
ASSESC	100%	2.416	4.286	1.960	2.326	4.723	7.049	(1.120)
Estácio Amazonas	100%	46.957	37.572	15.045	22.527	26.214	48.741	(5.273)
IESAM	100%	2.810	74.295	23.476	50.819	26.797	12.811	90.427
CEUT	100%	16.938	29.583	10.579	19.004	27.568	818	47.390
FNC	100%	22.328	31.570	12.218	19.352	72.046	3.924	95.322
FCAT	100%	11.341	22.478	7.518	14.960	20.121	1.918	36.999
FUFS	100%	13.593	12.591	2.857	9.734	6.255	452	16.441
		<u>378.662</u>	<u>129.699</u>	<u>248.963</u>	<u>266.839</u>	<u>19.923</u>	<u>535.725</u>	<u>83.306</u>

## Estácio Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta ATUAL em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Investimentos em controladas em 2017	523.352
Equivalência patrimonial	83.306
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.028
Dividendos adicionais de 2017	(20.000)
Dividendos em 2018	(42.374)
Amortização de fundo de comércio	(9.601)
Adoção de novas praticas IFRS 09	<u>(8.986)</u>
Investimentos em controladas em 2018	<u>535.725</u>
Equivalência patrimonial	73.730
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.450
Amortização de fundo de comércio	(4.882)
Dividendos 2019	(53.498)
Opções outorgadas	<u>268</u>
Investimentos em controladas em 2019	<u>553.793</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**9 Intangível**

**(a) Intangível - Controladora**

		<u>2018</u>		<u>2019</u>
		<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Custo</u>
Custo				
Ágio em aquisições de investimentos (i)		780.065		780.065
Direito de uso de software		99		99
Projeto Integração		212		212
Fundo de comércio		79.704		79.704
		<u>860.080</u>		<u>860.080</u>
		<u>Taxas de amortização</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>
Amortização				
Direito de uso de software	20% a.a.	(91)	(8)	(99)
Projeto Integração	20% a.a.	(97)	(41)	(138)
Fundo de comércio	20 a 33% a.a.	(79.703)	(1)	(79.704)
		<u>(79.891)</u>	<u>(50)</u>	<u>(79.941)</u>
Saldo residual líquido		<u>780.189</u>	<u>(50)</u>	<u>780.139</u>
		<u>2017</u>		<u>2018</u>
		<u>Custo</u>	<u>Adições</u>	<u>Custo</u>
Custo				
Ágio em aquisições de investimentos (i)		780.065		780.065
Direito de uso de software		99		99
Projeto Integração		212		212
Fundo de comércio		79.704		79.704
		<u>860.080</u>		<u>860.080</u>
		<u>Taxas de amortização</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>
Amortização				
Direito de uso de software	20% a.a.	(77)	(14)	(91)
Projeto Integração	20% a.a.	(54)	(43)	(97)
Fundo de comércio	20 a 33% a.a.	(66.669)	(13.034)	(79.703)
		<u>(66.800)</u>	<u>(13.091)</u>	<u>(79.891)</u>
Saldo residual líquido		<u>793.280</u>	<u>(13.091)</u>	<u>780.189</u>

(i) O ágio é parte integrante da linha de investimento em função da incorporação da Estácio Ribeirão Preto Holding.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**(b) Intangível - Consolidado**

		2018					2019	
		Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Custo	
Custo								
Ágio em aquisições de investimentos		1.181.481		94.575			1.276.056	
Direito de uso de software		334.996	830	106.902	(326)	(742)	441.660	
EAD e Integração		18.298		39		23	18.360	
Central de Ensino		86.910		15.900			102.810	
Arquitetura de TI		21.664					21.664	
Conteúdo de disciplinas on line		8.043					8.043	
Fábrica de conhecimento EAD		39.304		5.068			44.372	
Banco de questões		11.636		1.486			13.122	
Fundo de Comércio		173.503		27.682			201.185	
Outros		34.231	3	35.478	(140)	719	70.291	
		<u>1.910.066</u>	<u>833</u>	<u>287.130</u>	<u>(466)</u>		<u>2.197.563</u>	
		Taxas de amortização	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Amortização	
Amortização		Amortização						
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)					(6.924)	
Direito de uso de software	20% a.a.	(236.368)	(559)	(56.339)	1		(293.265)	
EAD e Integração	20% a.a.	(17.216)		(688)			(17.904)	
Central de Ensino	10% a.a.	(31.018)		(12.129)			(43.147)	
Arquitetura de TI	17 a 20% a.a.	(12.375)		(3.845)			(16.220)	
Conteúdo de disciplinas on line	20% a.a.	(7.007)		(450)			(7.457)	
Fábrica de conhecimento EAD	10% a.a.	(8.784)		(4.794)			(13.578)	
Banco de questões	20% a.a.	(5.624)		(2.378)			(8.002)	
Fundo de Comércio	20 a 50% a.a.	(153.580)		(4.882)			(158.462)	
Outros	20% a.a.	(17.350)		(4.838)			(22.188)	
		<u>(496.246)</u>	<u>(559)</u>	<u>(90.343)</u>	<u>1</u>		<u>(587.147)</u>	
Saldo residual líquido		<u>1.413.820</u>	<u>274</u>	<u>196.787</u>	<u>(465)</u>		<u>1.610.416</u>	

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

		2017				2018		
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. para imobilizado	Custo	
Custo								
Ágio em aquisições de investimentos		1.181.481					1.181.481	
Direito de uso de software		272.394	63.752	(736 )	(15 )	(399 )	334.996	
EAD e Integração		18.298					18.298	
Central de Ensino		76.677	10.233				86.910	
Arquitetura de TI		21.664					21.664	
Conteúdo de disciplinas on line		7.821	222				8.043	
Fábrica de conhecimento EAD		33.868	5.436				39.304	
Banco de questões		10.703	933				11.636	
Fundo de Comércio		173.503					173.503	
Outros		27.394	7.235	(413 )	15		34.231	
		1.823.803	87.811	(1.149 )		(399 )	1.910.066	
		Taxas de amortização	Amortização	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. para imobilizado	Amortização
Amortização								
Ágio em aquisições de investimentos		Indefinida	(6.924 )					(6.924 )
Direito de uso de software		20% a.a.	(192.746)	(45.179 )	730		827	(236.368)
EAD e Integração		20% a.a.	(16.408)	(808)				(17.216)
Central de Ensino		10% a.a.	(19.912)	(11.106)				(31.018)
Arquitetura de TI		17 a 20% a.a.	(8.530)	(3.845)				(12.375)
Conteúdo de disciplinas on line		20% a.a.	(6.436)	(571)				(7.007)
Fábrica de conhecimento EAD		10% a.a.	(4.537)	(4.247)				(8.784)
Banco de questões		20% a.a.	(3.442)	(2.182)				(5.624)
Fundo de Comércio		20 a 50% a.a.	(130.945)	(22.635)				(153.580)
Outros		20% a.a.	(13.715)	(3.674)	39			(17.350)
			(403.595)	(94.247)	769		827	(496.246)
Saldo residual líquido								
		1.420.208	(6.436)	(380 )			428	1.413.820

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 31 de dezembro de 2019 de 2018, o ágio líquido apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ágio em aquisições de investimentos líquido de amortização acumulada				
IREP			89.090	89.090
UNITOLEDO			94.575	
ATUAL			15.503	15.503
Seama			18.035	18.035
Idez			2.047	2.047
Uniuol			956	956
Fargs			8.055	8.055
São Luis			27.369	27.369
Facitec			26.654	26.654
Assesc			4.723	4.723
Iesam			26.797	26.797
Estácio Amazonas			26.214	26.214
Ceut			27.568	27.568
FNC			72.046	72.046
FCAT			20.120	20.120
FUFS			6.255	6.255
FAL			8.076	8.076
FATERN			14.979	14.979
Estácio Editora			5	5
Estácio Ribeirão Preto	9.371	9.371	9.371	9.371
Estácio Ribeirão Preto Holding	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>
	<u>780.065</u>	<u>780.065</u>	<u>1.269.132</u>	<u>1.174.557</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2019, os ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 5,0% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade e uma única taxa de desconto nominal de 13,7% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**10 Imobilizado****Imobilizado - Consolidado**

	2018					2019	
	Custo	Adições por aquisições	Adição	Baixas	Transf.	Custo	
Custo							
Terrenos	19.295	492				19.787	
Edificações	228.384		7.470		5.559	241.413	
Edificações em terceiros (i)			1.140.294		(5.916)	1.134.378	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	295.799	599	38.737	(303)	29.315	364.147	
Móveis e utensílios	109.851	3.669	20.866	(11.236)	17.005	140.155	
Computadores e periféricos	163.139	4.187	21.747	(7.213)	296	182.156	
Máquinas e equipamentos	132.029		17.930	(237)	(10.998)	138.724	
Equipamentos de atividades físicas	61.854	3.620	22.483	(63)	(7)	87.887	
Biblioteca	167.613	2.569	1.409	(63)	(47)	171.481	
Instalações	53.920	2	10.960	(41)	105	64.946	
Tablets	32.442			(23.133)		9.309	
Construções em andamento	14.385	126	62.486	(94)	(35.113)	41.790	
Desmobilização	26.951		1.850	(1.330)		27.471	
Outros	16.595	132	2.103	(71)	(418)	18.341	
	1.322.257	15.396	1.348.335	(43.784)	(219)	2.641.985	
	Taxas de depreciação	Depreciação	Adições por aquisições	Adição	Baixas	Transf.	Depreciação
Depreciação							
Edificações	21,50% a.a.	(63.174)		(4.144)		8	(67.310)
Edificações em terceiros (i)	21,50% a.a.			(33.694)		359	(163.984)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(158.360)		(33.694)	127	194	(191.733)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(58.893)	(2.317)	(10.631)	919	(984)	(71.906)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(133.827)	(880)	(17.833)	6.553	158	(145.829)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(75.059)	(3.646)	(16.577)	175	486	(94.621)
Equipamentos de atividades físicas	6,67% a.a.	(22.664)	(893)	(4.494)	35	11	(28.005)
Biblioteca	5% a.a.	(75.523)	(1.549)	(7.372)	62	3	(84.379)
Instalações	8,33% a.a.	(21.854)		(4.101)	14	(29)	(25.970)
Tablets	20% a.a.	(28.510)		(3.514)	23.123		(8.901)
Desmobilização		(16.479)		(1.855)	67		(18.267)
Outros	14,44% a.a.	(6.809)	(73)	(2.048)	59	13	(8.858)
		(661.152)	(9.358)	(270.606)	31.134	219	(909.763)
Saldo residual líquido		661.105	6.038	1.077.729	(12.650)		1.732.222

(i) Nesta rubrica encontram-se efeitos do IFRS 16, conforme descrito na nota 1.3.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 11 é referente à computadores e periféricos da controladora (R\$ 15 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

		2017				2018	
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. do intangível	Custo
Custo							
Terrenos		19.295					19.295
Edificações		208.737	14.706	(143)	5.441	(357)	228.384
Benfeitorias em imóveis de terceiros		248.758	37.110	(4.721)	14.652		295.799
Móveis e utensílios		96.317	16.946	(3.398)	(15)	1	109.851
Computadores e periféricos		154.408	10.954	(2.999)	4	772	163.139
Máquinas e equipamentos		117.137	15.305	(448)	2	33	132.029
Equipamentos de atividades físicas		48.283	13.973	(406)		4	61.854
Biblioteca		159.081	9.579	(1.048)		1	167.613
Instalações		51.615	2.278	(125)	152		53.920
Tablets		37.974		(5.522)	(10)		32.442
Construções em andamento		6.659	27.909		(20.183)		14.385
Desmobilização		22.196	4.892	(137)			26.951
Outros		10.731	7.051	(1.077)	(7)	(103)	16.595
		1.181.191	160.703	(20.024)	36	351	1.322.257
	Taxas de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. do intangível	Depreciação
Depreciação							
Edificações	1,67% a.a.	(59.546)	(3.770)	122	18	2	(63.174)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(134.199)	(29.702)	5.607	(66)		(158.360)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(54.388)	(7.709)	3.206	(1)	(1)	(58.893)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(118.348)	(17.732)	2.984		(731)	(133.827)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(58.799)	(16.529)	302		(33)	(75.059)
Equipamentos de atividades físicas	6,67% a.a.	(19.740)	(3.153)	233		(4)	(22.664)
Biblioteca	5% a.a.	(69.061)	(7.116)	655		(1)	(75.523)
Instalações	8,33% a.a.	(18.233)	(3.733)	112			(21.854)
Tablets	20% a.a.	(27.469)	(6.427)	5.376	10		(28.510)
Desmobilização		(12.204)	(4.336)	61			(16.479)
Outros	14,44% a.a.	(6.788)	(931)	918	3	(11)	(6.809)
		(578.775)	(101.138)	19.576	(36)	(779)	(661.152)
Saldo residual líquido		602.416	59.565	(448)		(428)	661.105

Determinados bens adquiridos através de financiamento ou arrendamento mercantil (Nota 11) foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia e suas controladas não concederam outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Máquinas e equipamentos, periféricos, móveis e utensílios e aluguel de imóveis incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

		2018				2019	
		Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Custo	
Custo							
Arrendamentos financeiros capitalizados		96.227	960	1.146.771	(16.328)	1.227.630	
		96.227	960	1.146.771	(16.328)	1.227.630	
		Taxa de depreciação	Depreciação	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação							
Arrendamentos financeiros capitalizados	21,60% a.a.	(62.055)	(747)	(187.313)	6.177	(243.938)	
		(62.055)	(747)	(187.313)	6.177	(243.938)	
Saldo contábil líquido			34.172	213	959.458	(10.151)	983.692

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

O Grupo arrenda diversos direitos de uso, tais como máquinas e equipamentos, periféricos, móveis e utensílios e aluguel de imóveis, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de acordo com a vigência contratual e a propriedade dos ativos não pertencem ao Grupo. Todos os arrendamentos do Grupo são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

**Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "*impairment*"**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**11 Empréstimos e financiamentos**

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	2019	2018	2019	2018
Em moeda nacional					
Contratos de arrendamento mercantil Direito de uso (i)	IGP-M/ IGPI-DI/ IPCA / INCC/ IPC/ IPCA-E a.a			1.031.808	
	INPC/ IGPI-DI/ IGPM a.a/ CDI Over a.d + 2% a.m				
Outros contratos de arrendamento mercantil				4.709	33.048
Segunda emissão de debêntures	CDI+1,18% a.a		121.840		121.840
Quarta emissão de debêntures	CDI+1,50% a.a		50.214		50.214
Quinta emissão de debêntures (1ª Série)	CDI+0,585% a.a	255.491		255.491	
Quinta emissão de debêntures (2ª Série)	CDI+0,785% a.a	357.958		357.958	
Custos de captação de debêntures		(1.394)	(497)	(1.394)	(497)
Empréstimo Banco da Amazônia	9,5% a.a				7.372
Empréstimo FINEP	6% a.a	3.080	3.674	3.080	3.674
Notas promissórias Itaú	CDI+1,25% a.a		601.564		601.564
		<u>615.135</u>	<u>776.795</u>	<u>1.651.652</u>	<u>817.215</u>
Passivo circulante		13.586	773.709	170.054	795.789
Passivo não circulante		<u>601.549</u>	<u>3.086</u>	<u>1.481.598</u>	<u>21.426</u>
		615.135	776.795	1.651.652	817.215

(i) Nesta rubrica encontram-se efeitos do IFRS 16, conforme descrito na nota 1.3.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020		587		6.829
2021	137	587	140.250	4.327
2022	250.338	587	390.502	2.450
2023	175.378	587	300.135	2.007
2024	175.553	587	255.219	1.875
A partir de 2025	<u>143</u>	<u>151</u>	<u>395.492</u>	<u>3.938</u>
Passivo não circulante	<u>601.549</u>	<u>3.086</u>	<u>1.481.598</u>	<u>21.426</u>

Os contratos de arrendamento mercantil estão garantidos pelos ativos subjacentes.

Em dezembro de 2018, a Companhia concluiu a segunda emissão de notas promissórias no valor total de R\$ R\$ 600.000 com vencimento em 08 de março de 2019 ao custo de 105,75% do CDI.

Em janeiro de 2019, a Companhia liquidou antecipadamente os contratos de empréstimos junto ao Banco da Amazônia "BASA", nos valores de R\$ 3.072, R\$ 2.418 e R\$ 1.743 financiados desde o início do contrato em 2009, 2010 e 2016, respectivamente. O valor da liquidação executada em janeiro de 2019 totalizou R\$ 7.233.

Em fevereiro de 2019, a Companhia concluiu a quinta emissão de debêntures no valor total de R\$ R\$ 600.000 com vencimento em 15 de fevereiro de 2024 em duas séries, sendo a 1ª série ao custo de 100% do CDI + 0,585% a.a. no montante de principal de R\$ 250.000 com vencimento 15 de fevereiro de 2022 e a 2ª série ao custo de 100% + 0,785% a.a., com a primeira amortização de principal em 15 de fevereiro de 2023 no montante de R\$ 175.000 e a segunda amortização de principal em 15 de fevereiro de 2024 no montante de R\$ 175.000.

Em fevereiro de 2019, a Companhia liquidou integralmente e antecipadamente a segunda emissão de notas promissórias realizada em dezembro de 2018, no montante de R\$ 607.544.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em junho de 2019, a Companhia liquidou integralmente a quarta emissão de debêntures realizada em dezembro de 2016, no montante de R\$ 100.000. O valor da liquidação executada em junho de 2019 totalizou R\$ 51.928.

Em outubro de 2019, a Companhia liquidou integralmente a segunda emissão de debêntures realizada em outubro de 2014, no montante de R\$ 300.000. O valor da liquidação executada em outubro de 2019 totalizou R\$ 62.208.

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

**12 Salários e encargos sociais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Salários, verbas indenizatórias e encargos sociais a pagar	651	330	103.480	102.370
Provisão de férias			32.952	31.284
	<b>651</b>	<b>330</b>	<b>136.432</b>	<b>133.654</b>

**13 Obrigações tributárias**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
ISS a recolher	3	5	17.317	18.335
IRRF a recolher	84	88	12.973	13.310
PIS e COFINS a recolher	51	93	3.723	2.838
IOF a recolher				64
	<b>138</b>	<b>186</b>	<b>34.013</b>	<b>34.547</b>
IRPJ a recolher			1.615	788
CSLL a recolher			410	253
			<b>2.025</b>	<b>1.041</b>
	<b>138</b>	<b>186</b>	<b>36.038</b>	<b>35.588</b>

**14 Parcelamentos de tributos**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
IRPJ (i)	1.992	533
CSLL	27	48
FGTS	1.195	810
ISS	59	1.345
PIS	85	91
COFINS	623	704
INSS (i)	10.546	6.490
OUTROS	221	220
	<b>14.748</b>	<b>10.241</b>
Passivo circulante	3.729	3.563
Passivo não circulante	11.019	6.678
	<b>14.748</b>	<b>10.241</b>

(i) Aumento em consequência da aquisição da Unitoledo que possui um passivo de parcelamentos de INSS e IRPJ.

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela Selic.

## Estácio Participações S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos a longo prazo estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2019	2018
2020		1.551
2021	1.949	1.130
2022	2.538	1.144
2023	2.538	1.110
2024	2.082	792
2025 a 2029	1.912	951
	<u>11.019</u>	<u>6.678</u>

## 15 Preço de aquisição a pagar

	Consolidado	
	2019	2018
SÃO LUIS	9.683	9.140
IESAM (i)		10.914
Estácio Amazonas (ii)		2.801
CEUT	3.375	3.974
FNC (iii)		13.886
FCAT (iv)		1.499
FUFS (v)	2.279	3.293
UNITOLEDO (vi)	<u>47.693</u>	
	<u>63.030</u>	<u>45.507</u>
Aquisição de imóveis (vii)	<u>653</u>	<u>2.833</u>
	<u>63.683</u>	<u>48.340</u>
Passivo circulante	19.142	34.488
Passivo não circulante	<u>44.541</u>	<u>13.852</u>
	<u>63.683</u>	<u>48.340</u>

(i) Em julho de 2019 foi liquidada a última parcela referente à aquisição da IESAM.

(ii) Em agosto de 2019 foi liquidada a última parcela referente à aquisição da Estácio Amazonas.

(iii) Em janeiro de 2019 foi liquidada a última parcela referente à aquisição da FNC.

(iv) Em novembro de 2019 foi liquidada a última parcela referente à aquisição da FCAT.

(v) A parcela da FUFS com vencimento em março de 2020 foi liquidada antecipadamente em dezembro de 2019.

(vi) Saldo referente à aquisição da UNITOLEDO.

(vii) Saldo referente ao compromisso firmado entre IREP e União Norte Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC, referente à diversos imóveis, localizados na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários, referente à aquisição das empresas relacionadas e imóveis, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: SELIC, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), IGP-M ou variação do CDI, a depender do contrato.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado	
	2019	2018
2020		11.657
2021	29.939	2.195
2022	<u>14.602</u>	
	<u>44.541</u>	<u>13.852</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**16 Contingências**

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2019</b>		<b>2018</b>	
	<b>Contingências</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Contingências</b>	<b>Depósitos judiciais</b>
Cíveis	24.073	17.904	20.019	16.334
Trabalhistas	90.960	42.330	98.453	48.310
Tributárias	3.383	15.856	8.445	17.058
	<u>118.416</u>	<u>76.090</u>	<u>126.917</u>	<u>81.702</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 306 é referente à contingência da controladora, sendo R\$ 107 cível e R\$ 199 tributária (R\$ 288 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$ 103 cível e R\$ 185 tributária) e em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 216 é referente à depósitos judiciais da controladora.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Total</b>
Saldos em 2017	15.147	62.712	8.425	86.284
Adições	33.133	78.297	8.740	120.170
Reversões	(2.867)	(6.267)	(7.814)	(16.948)
Baixas por pagamentos	(27.078)	(65.912)	(1.163)	(94.153)
Atualização monetária	1.684	29.623	257	31.564
Saldos em 2018	20.019	98.453	8.445	126.917
Adições	44.389	42.788	5.518	92.695
Reversões	(9.919)	(11.223)	(5.229)	(26.371)
Baixas por pagamentos	(35.133)	(44.972)	(4.804)	(84.909)
Atualização monetária	4.717	5.914	(547)	10.084
Saldos em 2019	<u>24.073</u>	<u>90.960</u>	<u>3.383</u>	<u>118.416</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a despesa com provisão para contingências reconhecida na demonstração do resultado estava representada da seguinte forma:

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Composição resultado		
Adições	92.695	120.170
Reversões	(26.371)	(16.948)
Atualização monetária	10.084	31.564
Provisão para contingências	<u>76.408</u>	<u>134.786</u>
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(66.324)	(103.222)
Resultado financeiro (Nota 26)	<u>(10.084)</u>	<u>(31.564)</u>
	<u>(76.408)</u>	<u>(134.786)</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**(a) Cíveis**

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, assim como algumas ações envolvendo direito imobiliário.

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

<b>Objetos</b>	<b>Valores</b>
Cobrança indevida	5.882
Imobiliário	5.455
Emissão de certificado de conclusão / diploma e colação de grau	1.994
Reconhecimento e cancelamento de curso / matrícula	2.456
FIES	1.686
PROUNI	585
Honorários de êxito	2.625
Outros (i)	3.390
	<b>24.073</b>

(i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas e demais indenizatórias.

**(b) Trabalhistas**

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores.

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

<b>Objetos</b>	<b>Valores</b>
Diferenças salariais e rescisórias + redução de carga horária + FGTS + aviso prévio	33.447
Horas extras + supressão inter + intrajornada	7.586
Dano moral / material / assédio moral	1.537
Cota previdenciária	10.216
Honorários	2.780
Desvio de função e equiparação	8.734
Multas (Art. 467 CLT, Art. 477 CLT E CCT / ACT)	1.166
Adicionais (insalubridade / noturno / aprimoramento / tempo de serviço / periculosidade)	1.064
Férias	1.073
Honorários de êxito	3.523
IR / juros e correção monetária	10.850
Outros (i)	8.984
	<b>90.960</b>

(i) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

**(c) Tributárias**

As demandas tributárias versam principalmente sobre imunidade tributária, escalonamento de contribuições previdenciárias decorrentes da Lei nº 11.096/05, exclusão das bolsas de estudo da base de cálculo do ISS e multas por supostos descumprimentos de obrigações acessórias (regimes especiais de escrituração contábil).

As provisões constituídas para processos de natureza tributária decorrem dos seguintes objetos:

<b>Objetos</b>	<b>Valores</b>
Taxas / tarifas de esgoto	23
Honorários de êxito	3.360

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

3.383

**(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço**

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. Essas ações não são passíveis de constituição de provisão conforme práticas contábeis em vigor.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Cíveis	265.875	219.542
Trabalhistas	378.533	201.783
Tributárias	516.177	599.706
	<b>1.160.585</b>	<b>1.021.031</b>

As principais ações classificadas como possíveis podem ser agrupadas da seguinte forma:

<b>Objetos Cíveis</b>	<b>Valores</b>
Cobrança indevida	68.108
Imobiliário	125.193
Emissão de certificado de conclusão / diploma e colação de grau	18.199
Reconhecimento e cancelamento de curso	1.820
Matrícula	8.889
FIES	25.045
PROUNI	1.553
Outros (i)	17.068
	<b>265.875</b>

- (i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas, Procon e demais indenizatórias.

<b>Objetos Trabalhistas</b>	<b>Valores</b>
Diferenças salariais e rescisórias + redução de carga horária + FGTS + aviso + indenização	187.623
Horas extras + supressão inter + intrajornada	72.338
Dano moral / material / assédio moral	17.718
Cota previdenciária	17.060
Honorários	24.994
Desvio de função e equiparação	11.100
Multas (Art. 467 CLT, Art. 477 CLT e CCT / ACT)	7.833
Adicionais (insalubridade / noturno / aprimoramento / tempo de serviço / periculosidade)	15.230
Férias	6.637
Outros (i)	18.000
	<b>378.533</b>

- (i) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

<b>Objetos Tributários</b>	<b>Valores</b>
Contr. previdenciárias / FGTS	287.489
ISS	179.794
PIS / COFINS	25.696
IRPJ / CSLL / IRRF	17.596
IPTU / FORO / IPVA	1.129
Multas diversas	3.469
Outros	1.004
	<b>516.177</b>



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

Dentre as principais ações não provisionadas nas informações financeiras, podemos destacar as que envolvem valores superiores a R\$ 10.000:

**Contribuição previdenciária:**

- (i) Em razão da divergência de entendimento acerca da data inicial do escalonamento de alíquota previsto no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), foram distribuídas Execuções Fiscais pela Fazenda Nacional contra a SESES, visando à cobrança judicial de débitos referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias. Foram apresentados os respectivos embargos a essas execuções, nos quais a SESES apresentou petição informando sobre o trânsito em julgado da decisão favorável à tese proferida nos autos da ação ordinária nº 0017945-16.2009.4.02.5101. Em 13 de agosto de 2019, a Fazenda Nacional informou nos autos que os débitos em cobrança serão retificados para abarcar o racional da decisão favorável à Estácio transitada em julgado. Em outubro de 2019 foi anexado ofício da DEMAC por meio do qual informa já ter procedido às retificações dos DEBCAD's, após apuração, por meio do dossiê instaurado perante a RFB, dos efeitos decorrentes do trânsito em julgado. Foi protocolada manifestação da Estácio requerendo o levantamento dos valores proporcionais depositados em conta judicial. Aguarda-se despacho sobre a manifestação apresentada. Diante da retificação efetuada pela Receita Federal, o valor total envolvido passou a ser R\$ 82.587.
- (ii) Autos de infração contra a SESES em função do suposto descumprimento de obrigação tributária principal referente ao período de 02/2007 a 12/2007. A empresa interpôs recurso requerendo a anulação dos autos de infração ante a sua manifesta improcedência, o qual foi julgado parcialmente procedente, para considerar o percentual das contribuições patronais à razão de 20%, a partir do mês em que a Empresa migrou do regime econômico de entidade beneficente para sociedade empresária. Em 16 de janeiro de 2018, a Empresa ajuizou a ação anulatória para questionamento do débito remanescente, e sua respectiva tutela provisória foi deferida. Em 20 de fevereiro de 2018, a Fazenda Nacional distribuiu Execução Fiscal para cobrança do respectivo débito e a ação anulatória foi julgada extinta sem resolução do mérito por perda do objeto em virtude do ajuizamento da Execução Fiscal. Em 02 de maio de 2018, a SESES opôs Embargos à Execução Fiscal, a Fazenda Nacional apresentou sua impugnação e a SESES se manifestou em réplica. Atualmente, aguarda-se o julgamento de 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 23.357.
- (iii) A Secretaria da Receita Federal lavrou autos de infração contra a SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de 01/2006 a 01/2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007. Em agosto de 2012, a SESES foi intimada para ciência de decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2006 a 07/2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foi interposto Recurso Voluntário em 27 de setembro de 2012. Em 20.09.2016, os autos foram distribuídos e, no momento, aguarda-se nova inclusão do recurso em pauta para julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 131.469.
- (iv) A Secretaria da Receita Federal proferiu despacho decisório não homologando às compensações efetuadas pela SESES e IREP de contribuições previdenciárias realizadas em GFIP nas competências de outubro de 2013 a dezembro de 2015. Os créditos compensados foram apurados sobre recolhimentos indevidos de contribuições previdenciárias (decaídas) em Reclamações Trabalhistas, além de recolhimentos indevidamente realizados sobre verbas que não possuem natureza remuneratória (1/3 de férias, aviso prévio indenizado e faltas justificadas). Nos dois casos foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª instância administrativa, apresentados os respectivos Recursos Voluntários e atualmente aguarda-se a inclusão de ambos recursos em pauta para julgamento no CARF. O valor total envolvido é de R\$ 41.962.

**ISS - Imposto sobre serviços:**

- (i) Em razão da Execução Fiscal distribuída pelo Município de Niterói, decorrente de lavratura de auto de infração, ocorrida em 29 de setembro de 2009, cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 e janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrituração

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

fiscal/contábil nos termos da legislação em vigor. Foram apresentados os nossos embargos à execução em 16 de setembro de 2013. Foi realizada perícia com laudo favorável à empresa. Todavia, o Município de Niterói contestou o laudo pericial, requerendo a sua nulidade sob fundamento de não ter sido intimada sobre a data agendada e local da realização da mesma. O pedido foi deferido e na segunda diligência pericial, efetivada em 26/11/2019, o Perito do Juízo novamente concluiu que a escrita contábil da Estácio, no período da controvérsia, estava perfeitamente adequada às exigências legais. Foi protocolada nova manifestação da Estácio sobre o novo laudo pericial. Aguarda-se julgamento em 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 62.702.

- (ii) Em 14/08/2018 foi recebida Execução Fiscal, em nome da Sociedade Tecnopolitana da Bahia LTDA (STB), incorporada pela IREP em 06/2010, decorrente de ausência de pagamento de ISS no período de 2007 a 02/2011. O lançamento teve origem em diligência decorrente de processo de baixa de atividade dos estabelecimentos da matriz e filial da STB. Em 03/10/2018 foram apresentados Embargos à Execução. Aguarda-se julgamento em 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 19.919.
- (iii) O Município de Salvador ajuizou Execução Fiscal referente a supostos créditos tributários de ISS dos períodos de apuração de 07/2012 a 11/2013, em razão de divergências quanto à fixação da base de cálculo do imposto (dedutibilidade de bolsas de estudo da base de cálculo do ISS). Foram opostos Embargos à Execução com pedido de realização de perícia contábil. Após nomeação do perito contábil e indicação dos respectivos assistentes técnicos, aguarda-se a realização da perícia. O valor total envolvido é de R\$ 11.494.

**17 Patrimônio Líquido****(a) Capital Social**

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social é representado por 309.088.851 ações ordinárias.

Na reunião de conselho de administração, realizada em 15 de março de 2018, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 8.946, mediante a capitalização de saldo de reservas de lucros, sem a emissão de novas ações.

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias			
	2019	%	2018	%
Administradores e conselheiros	485.994	0,2	601.693	0,2
Tesouraria	8.428.182	2,7	8.975.936	2,9
Outros (i)	300.174.675	97,1	299.511.222	96,9
	<u>309.088.851</u>	<u>100</u>	<u>309.088.851</u>	<u>100</u>

(i) Free float

**(b) Movimentação das ações do capital**

Quantidade de ações em 2017	317.896.418
Cancelamento de ações em tesouraria	
- Reunião do Conselho de Administração 13 de junho de 2018	<u>(8.807.567)</u>
Quantidade de ações em 2018	<u>309.088.851</u>

Não houve movimentação nas ações de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**(c) Ações em tesouraria**

Em 16 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a extensão do prazo do 5º programa de recompras de 12 para 18 meses, com encerramento em 21 de dezembro de 2018. Após o encerramento do programa o número total de ações recompradas foi de 10.515.700 (dez milhões quinhentos e quinze mil e setecentas) ações ordinárias, equivalente a 66,16% do total das ações previstas para o programa.

	<u>Quantidade</u>	<u>Custo médio</u>	<u>Saldo</u>
Ações em tesouraria em 2018	8.975.936	23,02	206.641
Pagamento de SOP com ações em tesouraria (Nota 17 d.3)	(547.754)	23,02	(12.610)
Ações em tesouraria em 2019	<u>8.428.182</u>	<u>23,02</u>	<u>194.031</u>

**(d) Reservas de capital****(d.1) Ágio na subscrição de ações**

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

O valor do ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 de 2018 é composto da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
Ágio na subscrição de ações	<u>498.899</u>	<u>498.899</u>
	<u>595.464</u>	<u>595.464</u>

(i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial

O ágio com a emissão de ações está representado da seguinte forma:

	<u>2019</u>
Subscrição de 17.853.127 ações	(23.305)
Valor pago pelas 17.853.127 ações	<u>522.204</u>
Ágio na emissão de ações	<u>498.899</u>

**(d.2) Opções de outorgas**

A Companhia constituiu a reserva de capital para opções de ações outorgadas, conforme mencionado na Nota 20. Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*) até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**(d.3) Ágio e deságio na alienação de ações em tesouraria**

O ágio e deságio na alienação de ações em tesouraria refere-se à diferença entre o preço da aquisição que a Companhia pagou pelas ações e o valor de alienação pela utilização das ações para pagamento do programa de opções outorgadas.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O deságio com alienação das ações em tesouraria está representado da seguinte forma em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Alienação</u>	<u>Valor pago</u>	<u>Deságio</u>
Deságio em 2018	2.230.255	35.123	27.140	7.983
Pagamento SOP em 2019	<u>372.929</u>	<u>8.586</u>	<u>5.731</u>	<u>2.855</u>
Deságio em 2019	<u>2.603.184</u>	<u>43.709</u>	<u>32.871</u>	<u>10.838</u>

**(e) Reservas de lucros****(e.1) Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

**(e.2) Reserva de retenção de lucros**

Em 31 de dezembro de 2018, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 459.472 a Reserva de Retenção de Lucros referentes a potenciais aquisições, expansão e melhorais em infraestrutura, tecnologia e expansão orgânica, conforme previsto em estatuto da Companhia. Essa proposta de retenção de lucros foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 460.375 a Reserva de Retenção de Lucros referentes a potenciais aquisições, expansão e melhorais em infraestrutura, tecnologia e expansão orgânica, conforme previsto em estatuto da Companhia. Essa proposta de retenção de lucros será aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2020.

**(e.3) Excesso de reserva de lucros**

De acordo com o artigo 199 da lei das sociedades por ações, o somatório das reservas de lucro não poderá ser superior ao montante do capital social da Companhia. Dessa forma, na assembléia geral realizada em 15 de março de 2018 a administração aprovou o aumento de capital de R\$ 8.946.

Com relação as demonstrações financeiras de 2019, será apreciado pelo Conselho de Administração, a se realizar em 12 de março de 2020, novo aumento de capital no montante de R\$ 369.440.

**(f) Dividendos**

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

Em 2019, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2018 no montante de R\$ 153.157 (Em 2018 foram pagos R\$ 100.840 relativos ao exercício de 2017).

Em 20 de dezembro de 2018, foi pago o montante de R\$ 400.000 referente a distribuição de dividendos intermediários aprovado pelo Conselho de Administração, oriundos da conta de Reserva de Lucros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	<b>Controladora</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro líquido do exercício da controladora	646.140	644.873
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(32.307)	(32.244)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	613.833	612.629
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>153.458</u>	<u>153.157</u>
Quantidade de ações em 31 de dezembro	309.088.851	309.088.851
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	<u>(8.428.182)</u>	<u>(8.975.936)</u>
Dividendo por ação em circulação - em reais	<u>0,51040</u>	<u>0,51033</u>

**18 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado.

**(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários**

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado, tendo em vista que estão sujeitos a carência máxima de 90 dias.

**(b) Empréstimos e financiamentos**

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

**(c) Contas a receber**

São classificados como recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam ao valor de mercado.

**(d) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

**(e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos**

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

### 18.1 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	Consolidado	
	2019	2018
Nível 2		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	596.861	804.360
	<u>596.861</u>	<u>804.360</u>

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

### 18.2 Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

#### (a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos. Adicionalmente, a Companhia exige a liquidação ou negociação das parcelas em atraso dos alunos no reingresso do próximo semestre letivo.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito A a AAA de acordo com as agência de crédito *Standard & Poor's*, *Fitch* ou *Moody's*. Para caso de dois ou mais *ratings*, será considerado o *rating* da maioria. Em casos de *rating* distintos, a Companhia utiliza o maior *rating* como base.

#### (b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**(c) Risco de taxa de câmbio**

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia não possui posição em moeda estrangeira.

**(d) Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2019 em relação a 31 de dezembro de 2018.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 2019				
Fornecedores	126.651			
Empréstimos	13.586	30.893	644.181	51
Obrigações com arrendamento financeiro	156.468	293.331	223.903	526.527
Preço de aquisição a pagar	19.142	31.639	16.394	
Em 2018				
Fornecedores	105.812			
Empréstimos	775.747	3.205	5.605	871
Obrigações com arrendamento financeiro	20.042	6.335	2.554	7.572
Preço de aquisição a pagar	34.488	12.348	2.363	

**(e) Análise de sensibilidade**

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos em reais, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor justo desses instrumentos financeiros.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

As aplicações com CDI estão registradas a valor justo, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base na taxa CDI publicada oficialmente pela CETIP em 31 de dezembro de 2019 (4,40% a.a.), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%, cenários II e III respectivamente.

Para cada cenário foram calculadas as "receita financeira bruta e as despesas financeiras", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

<b>Cenário elevação do CDI</b>				
<b>Operações</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável (I)</b>	<b>Cenário (II)</b>	<b>Cenário (III)</b>
Aplicações financeiras R\$ 596.861	CDI	4,40% 26.262	5,50% 32.827	6,60% 39.393
Debêntures V - 1ª T R\$ 255.491	CDI+0,59%	5,01% (12.800)	6,12% (15.636)	7,22% (18.446)
Debêntures V - 2ª T R\$ 357.958	CDI+0,79%	5,22% (18.685)	6,33% (22.659)	7,44% (26.632)
Posição líquida		<u>(5.223)</u>	<u>(5.468)</u>	<u>(5.685)</u>

  

<b>Cenário queda do CDI</b>				
<b>Operações</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável (I)</b>	<b>Cenário (II)</b>	<b>Cenário (III)</b>
Aplicações financeiras R\$ 596.861	CDI	4,40% 26.262	3,30% 19.696	2,20% 13.131
Debêntures V - 1ª T R\$ 255.491	CDI+0,59%	5,01% (12.800)	3,90% (9.964)	2,80% (7.154)
Debêntures V - 2ª T R\$ 357.958	CDI+0,79%	5,22% (18.685)	4,11% (14.712)	3,00% (10.739)
Posição líquida		<u>(5.223)</u>	<u>(4.980)</u>	<u>(4.762)</u>

**(f) Gestão de Capital**

A dívida da Companhia em relação ao Patrimônio Líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é apresentada a seguir em dados consolidados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 11) (i)	619.844	817.215
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	<u>(12.251)</u>	<u>(13.686)</u>
Dívida líquida	607.593	803.529
Patrimônio líquido	<u>3.102.352</u>	<u>2.591.409</u>
Dívida líquida sobre patrimônio	<u>0,20</u>	<u>0,31</u>

(i) Dívida líquida dos efeitos do IFRS 16 conforme Nota 11



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**(g) Compensação de instrumentos financeiros**

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

**19 Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	2019	2018
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	80.000
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Seguro patrimonial (i)	130.406	130.406
Vida em grupo	729.382	610.333

(i) Corresponde a prédios, benfeitorias, móveis, maquinismos, materiais e utensílios, mercadorias e matérias-primas.

**20 Remuneração dos administradores**

**(a) Remuneração**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 19 de abril de 2017, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 22.592 e R\$ 19.942, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes assembleias de acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20 (b).

**(b) Plano de opção de compra de ações**

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Até 31 de dezembro de 2019 foram criados onze programas de opção de aquisição de ações, dos quais seis programas não contêm estoque de ações a exercer (programas do 1º ao 5º e 9º), todos os outros programas (6º ao 8º, 10º e 11º) apesar de encerrados, ainda contêm estoque de ações a exercer.

Para os programas descritos abaixo, a Companhia utiliza para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial.

Em 14 de outubro de 2014 com o encerramento do 6º Programa foi aprovada criação do 7º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 14 de outubro de 2014, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02 de outubro de 2015 com o encerramento do 7º Programa foi aprovada criação do 8º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 02 de outubro de 2015, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 29 de abril de 2016 com o encerramento do 8º Programa foi aprovada criação do 9º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 10,85 (dez reais e oitenta e cinco centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 29 de abril de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 19 de julho de 2016 com o encerramento do 9º Programa foi aprovada criação do 10º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,12 (quinze reais e doze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 19 de julho de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 25 de abril de 2017 com o encerramento do 10º Programa foi aprovada a criação do 11º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 14,18 (quatorze reais e dezoito centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 25 de abril de 2017, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 31 de dezembro de 2019 o número de opções outorgadas, que foram exercidas acumuladas de todos os programas foi de 13.208.276 ações (R\$ 113.034), sendo (11.218.904 ações programas encerrados e 1.989.372 ações programas ativos), sendo o total de ações outorgadas, subtraído das ações prescritas, de 16.994.402 ações (R\$ 158.257), sendo (12.042.223 ações de programas encerrados e 4.952.179 ações programas ativos.)

**Programas de opções outorgadas com saldo de ações a consumir:**

<b>Programas</b>	<b>Outorgadas</b>	<b>Opções Prescritas</b>	<b>Opções Abandonadas</b>	<b>Exercidas</b>	<b>Saldo de ações</b>
6P	5.090.000	2.247.000	1.882.764	812.767	147.469
7P	889.000	379.200	331.174	97.526	81.100
8P	983.000	457.400	50.127	437.913	37.560
10P	1.105.779	520.000	42.000	394.000	149.779
11P	991.010	503.010	20.255	247.166	220.579
<b>Total Geral</b>	<b>9.058.789</b>	<b>4.106.610</b>	<b>2.326.320</b>	<b>1.989.372</b>	<b>636.487</b>

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O total de opções outorgadas que foram exercidas nos últimos trimestres é como segue:

	Ações exercidas
31 de dezembro de 2017	11.593.133
31 de março de 2018	11.595.333
30 de junho de 2018	12.772.667
30 de setembro de 2018	12.835.412
31 de dezembro de 2018	12.842.762
31 de março de 2019	12.901.362
30 de junho de 2019	13.181.276
30 de setembro de 2019	13.203.276
31 de dezembro de 2019	13.208.276

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de *Binomial* são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Opções Outorgadas	Preço do Ativo Base (i)	Preço de Exercício	Expectativa de Volatilidade anual	Distribuição de Dividendos	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada da Opção (anos)	Fair value	Quantidade Prescrita
11º Programa Abr17	23/04/2018	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	R\$ 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0	6,14	13.500
11º Programa Abr17	23/04/2019	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	R\$ 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0	6,84	86.000
11º Programa Abr17	23/04/2020	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	R\$ 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0	7,41	117.500
11º Programa Abr17	23/04/2021	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	R\$ 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0	7,86	117.500
11º Programa Abr17	23/04/2022	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	R\$ 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0	8,26	117.500
11º Programa Abr17 Cons.	23/04/2018	23/04/2028	25.505	R\$ 14,18	R\$ 14,13	46,66%	0,00%	8,94%	0	6,14	25.505
11º Programa Abr17 Cons.	23/04/2019	23/04/2028	25.505	R\$ 14,18	R\$ 14,13	46,66%	0,00%	8,94%	0	6,84	25.505
10º Programa Jul16	15/04/2017	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0	6,89	2.000
10º Programa Jul16	15/04/2018	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0	7,89	33.000
10º Programa Jul16	15/04/2019	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0	8,61	153.000
10º Programa Jul16	15/04/2020	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0	9,18	166.000
10º Programa Jul16	15/04/2021	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0	9,64	166.000
10º Programa Jul16 Cons.	15/04/2017	19/07/2026	32.890	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0	6,89	0
10º Programa Jul16 Cons.	15/04/2018	19/07/2026	32.889	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0	7,89	0
8º Programa	15/04/2016	15/04/2026	196.600	R\$ 13,15	R\$ 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0	5,45	2.000
8º Programa	15/04/2017	15/04/2027	196.600	R\$ 13,15	R\$ 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0	6,42	56.800
8º Programa	15/04/2018	15/04/2028	196.600	R\$ 13,15	R\$ 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0	7,2	81.200
8º Programa	15/04/2019	15/04/2029	196.600	R\$ 13,15	R\$ 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0	7,88	150.200
8º Programa	15/04/2020	15/04/2030	196.600	R\$ 13,15	R\$ 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0	8,47	167.200
Programa 7º Out14	15/04/2015	15/04/2025	177.800	R\$ 26,83	R\$ 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0	8,58	16.000
Programa 7º Out14	15/04/2016	15/04/2026	177.800	R\$ 26,83	R\$ 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0	9,71	37.000
Programa 7º Out14	15/04/2017	15/04/2027	177.800	R\$ 26,83	R\$ 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0	10,64	86.000
Programa 7º Out14	15/04/2018	15/04/2028	177.800	R\$ 26,83	R\$ 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0	11,47	104.400
Programa 7º Out14	15/04/2019	15/04/2029	177.800	R\$ 26,83	R\$ 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0	12,24	135.800
Programa 6º Ago14	15/04/2015	15/04/2025	60.000	R\$ 29,16	R\$ 17,79	26,68%	0,00%	11,99%	0	14,48	0
Programa 6º Ago14	15/04/2016	15/04/2026	60.000	R\$ 29,16	R\$ 17,79	26,68%	0,00%	11,99%	0	15,1	28.000
Programa 6º Ago14	15/04/2017	15/04/2027	60.000	R\$ 29,16	R\$ 17,79	26,68%	0,00%	11,99%	0	15,74	28.000
Programa 6º Ago14	15/04/2018	15/04/2028	60.000	R\$ 29,16	R\$ 17,79	26,68%	0,00%	11,99%	0	16,38	28.000
Programa 6º Ago14	15/04/2019	15/04/2029	60.000	R\$ 29,16	R\$ 17,79	26,68%	0,00%	11,99%	0	16,98	44.000
Programa 6º Ago14 Cons.	15/04/2015	01/08/2024	50.000	R\$ 29,16	R\$ 18,29	28,80%	0,00%	11,99%	0	14,43	0
Programa 6º Ago14 Cons.	15/04/2016	01/08/2024	50.000	R\$ 29,16	R\$ 18,29	28,80%	0,00%	11,99%	0	15,02	0
Programa 6º Jul14	15/04/2015	15/04/2025	608.000	R\$ 29,94	R\$ 17,27	26,43%	0,00%	11,99%	0	15,13	0
Programa 6º Jul14	15/04/2016	15/04/2026	608.000	R\$ 29,94	R\$ 17,27	26,43%	0,00%	11,99%	0	15,76	80.000
Programa 6º Jul14	15/04/2017	15/04/2027	608.000	R\$ 29,94	R\$ 17,27	26,43%	0,00%	11,99%	0	16,41	602.000
Programa 6º Jul14	15/04/2018	15/04/2028	608.000	R\$ 29,94	R\$ 17,27	26,43%	0,00%	11,99%	0	17,05	608.000
Programa 6º Jul14	15/04/2019	15/04/2029	608.000	R\$ 29,94	R\$ 17,27	26,43%	0,00%	11,99%	0	17,65	608.000
Programa 6º Jul14 Cons.	15/04/2015	04/07/2024	162.500	R\$ 29,94	R\$ 18,29	28,80%	0,00%	11,99%	0	15,09	0
Programa 6º Jul14 Cons.	15/04/2016	04/07/2024	162.500	R\$ 29,94	R\$ 18,29	28,80%	0,00%	11,99%	0	15,69	0
Programa 6º out13	15/04/2014	15/04/2024	265.000	R\$ 16,82	R\$ 18,34	28,80%	0,00%	11,99%	0	5,05	5.000
Programa 6º out13	15/04/2015	15/04/2025	265.000	R\$ 16,82	R\$ 18,34	28,80%	0,00%	11,99%	0	5,79	5.000
Programa 6º out13	15/04/2016	15/04/2026	265.000	R\$ 16,82	R\$ 18,34	28,80%	0,00%	11,99%	0	6,4	19.000
Programa 6º out13	15/04/2017	15/04/2027	265.000	R\$ 16,82	R\$ 18,34	28,80%	0,00%	11,99%	0	6,94	88.000
Programa 6º out13	15/04/2018	15/04/2028	265.000	R\$ 16,82	R\$ 18,34	28,80%	0,00%	11,99%	0	7,43	104.000

(i) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10 (R1), os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece trimestralmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, em despesas gerais e administrativas na rubrica pessoal e encargos sociais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecida uma reversão de R\$ 961 (provisão de R\$ 3.020 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). O valor da provisão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 74.966 (R\$ 75.927 em 31 de dezembro de 2018).

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**Diretoria estatutária**

	2019		2018	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	13,81	300.000	13,62	1.418.324
Exercidas	14,35	83.000	13,52	362.069
Abandonadas	0,00	0,00	16,97	120.255
Prescritas	14,35	68.000	13,68	636.000
	13,88	149.000	13,81	300.000

**Conselho de administração**

	2019		2018	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	10,13	65.779	10,20	415.779
Exercidas	0,00	0,00	9,92	350.000
	10,13	65.779	10,13	65.779

**(c) Programa *Performance Share***

Em 18 de outubro de 2018 foi aprovado em assembleia geral extraordinária o novo Programa de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano os administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme definido pelo Conselho de Administração.

O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não poderá exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia (as quais serão consideradas no cálculo do limite total aqui estabelecido), o limite total de 3% do capital social da Companhia na data de aprovação de cada Programa.

O preço de referência por ação restrita utilizado para definir a quantidade de ações restritas outorgada a cada beneficiário corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 S.A. nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de cada Programa.

Cada Programa criado pelo Conselho de Administração terá um prazo de 5 (cinco) anos, cujas ações restritas outorgadas serão divididas em 5 (cinco) iguais lotes anuais, com o período de carência (*vesting*) ocorrendo anualmente.

Excepcionalmente, com relação ao 1º Programa, aprovado pelo Conselho de Administração em 2018, o período de carência (*vesting*) para os primeiros 20% de ações restritas outorgadas se encerrou em 15 de abril de 2019, com a entrega das respectivas ações restritas aos beneficiários em até 30 dias após o fim do período de carência (*vesting*), de modo que o período de carência (*vesting*) para cada um dos demais lotes de 20% se

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

encerrará em 15 de abril de cada ano, com a entrega das respectivas ações restritas no mesmo período máximo de 30 dias.

Para o Plano de Outorga de Ações Restritas, o valor da provisão do programa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 15.603 (R\$ 4.658 em 31 de dezembro de 2018). O valor da provisão acumulada em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 14.429 (R\$ 4.658 em 31 de dezembro de 2018). No 2º trimestre houve uma reversão de R\$ 1.808 na provisão referente ao pagamento dos encargos trabalhistas da 1ª *tranche* de ações que foram vestidas em 15 de abril de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o número de ações outorgadas que foram entregues foi de 242.613 ações, sendo o total de ações outorgadas de 3.804.500 ações.

<b>Programas</b>	<b>Outorgadas</b>	<b>Ações adicionais dividendos</b>	<b>Ações entregues</b>	<b>Unvested</b>	<b>Canceladas</b>	<b>Prescritas</b>
1P	1.395.500	65.399	205.588	683.790	44.521	527.000
1P – Cons.	120.000	6.942		126.942		
1P – Esp.	300.000	17.355	37.025	275.041	5.289	
2P	879.000			850.000		29.000
2P – Esp.	100.000			100.000		
3P	630.000			630.000		
3P – Esp.	200.000			200.000		
4P	100.000			100.000		
5P	80.000			80.000		
<b>Total Geral</b>	<b>3.804.500</b>	<b>89.696</b>	<b>242.613</b>	<b>3.045.773</b>	<b>49.810</b>	<b>556.000</b>

## 21 Resultado por ações

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação.

### (a) Resultado por ações - básico

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	646.140	644.873
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	300.452	305.110
Lucro líquido por lote de mil ações - básico	<u>2,15056</u>	<u>2,11358</u>

### (b) Resultado por ações - diluído

	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	646.140	644.873
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	300.452	305.110
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	180	1.516
Média ponderada ajustada de ações em circulação	<u>300.632</u>	<u>306.626</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - diluído	<u>2,14927</u>	<u>2,10313</u>

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**22 Receita líquida de serviços prestados**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita bruta presencial	4.953.210	4.889.860
Receita bruta EAD	1.231.745	894.308
	<u>6.184.955</u>	<u>5.784.168</u>
Deduções da receita bruta	(2.619.919)	(2.164.791)
Gratuidades - bolsas de estudo	(2.419.850)	(1.878.949)
Devolução de mensalidades e taxas	(19.112)	(11.706)
Descontos concedidos	(1.204)	(760)
Impostos	(139.673)	(155.760)
Ajuste a valor presente - PAR	15.811	(25.431)
Ajuste a valor presente - DIS	1.482	(8.110)
FGEDUC	(42.989)	(59.786)
Outros	(14.384)	(24.289)
	<u>3.565.036</u>	<u>3.619.377</u>

**23 Custos dos serviços prestados**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Pessoal e encargos sociais	(1.069.029)	(1.160.341)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(41.588)	(41.307)
Aluguéis, condomínios e IPTU (i)	(39.311)	(243.583)
Correios e Malotes	(1.826)	(1.720)
Depreciação e amortização (ii)	(262.923)	(97.120)
Material didático	(7.381)	(6.572)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(54.965)	(56.432)
Outros	(43.695)	(25.737)
	<u>(1.520.718)</u>	<u>(1.632.812)</u>

(i) A partir de 2019, foram considerados nesta rubrica basicamente valores de IPTU, condomínios e determinados valores de aluguel não incluídos na determinação dos contratos de arrendamentos contabilizados na adoção do IFRS 16.

(ii) Nesta rubrica encontram-se efeitos do IFRS 16, conforme descrito na nota 1.3.

As despesas com pessoal e encargos sociais incluem aproximadamente R\$ 72.978 em 2019 (R\$ 91.469 em 2018) relativo a verbas indenizatórias por rescisões contratuais.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**24 Despesas comerciais, gerais e administrativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Despesas comerciais				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 4)			(308.135)	(333.699)
Publicidade			(195.888)	(172.470)
Vendas e marketing			(67.243)	(45.833)
Outras			(373)	(1.044)
			<b>(571.639)</b>	<b>(553.046)</b>
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal e encargos sociais	(5.452)	(4.874)	(177.398)	(173.170)
Serviços de terceiros	(3.431)	(5.850)	(104.051)	(129.951)
Material de consumo			(2.119)	(2.033)
Manutenção e reparos	(165)	(71)	(48.525)	(38.140)
Depreciação e amortização	(54)	(13.092)	(98.026)	(98.265)
Convênios educacionais	(1)		(17.312)	(16.875)
Viagens e estadias	(64)	(123)	(9.752)	(7.245)
Eventos institucionais		(5)	(2.545)	(2.962)
Provisão para contingências (Nota 16)	(162)	(110)	(66.324)	(103.222)
Cópias e encadernações			(4.485)	(3.733)
Seguros	(7.835)	(8.288)	(9.030)	(9.076)
Material de limpeza			(3.308)	(2.880)
Condução e transporte	(1)	(3)	(4.627)	(5.179)
Aluguel de veículo			(4.004)	(3.203)
Outras	(258)	(373)	(35.559)	(18.364)
	<b>(17.423)</b>	<b>(32.789)</b>	<b>(587.065)</b>	<b>(614.298)</b>

**25 Outras receitas/despesas operacionais**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receitas com convênios	953	272	953	439
Receitas de aluguéis			11.422	9.308
Ganho (perda) de capital no imobilizado			(528)	(646)
Intermediação de negócios			2.039	4.257
Provisão para perda venda da carteira (i)				(55.486)
Provisão para perda outras receitas			(80)	(3.393)
Outras receitas (despesas) operacionais	<b>423</b>	<b>(143)</b>	<b>598</b>	<b>(1.693)</b>
	<b>1.376</b>	<b>129</b>	<b>14.404</b>	<b>(47.214)</b>

(i) Valor referente a baixa integral da carteira de alunos vendida em anos anteriores, onde a Companhia não possui expectativa de realização.

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**26 Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receitas financeiras				
Multas e juros recebidos por atraso			30.220	32.243
Atualização do contas a receber com FIES				8.419
Rendimentos de aplicações financeiras	12.085	6.557	46.718	37.909
Atualização de créditos fiscais	1.143	2.026	10.073	5.930
Atualização PAR			4.619	3.729
Atualização DIS			4.995	3.248
Outras			2.516	851
	<u>13.228</u>	<u>8.583</u>	<u>99.141</u>	<u>92.329</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(493)	(877)	(33.804)	(33.164)
Juros e encargos financeiros	(46.111)	(32.201)	(79.951)	(64.800)
Atualização da provisão para contingências (Nota 16)	(18)	(6)	(10.084)	(31.564)
Descontos financeiros (i)			(111.817)	(62.450)
Variação monetária passiva			(2.151)	(5.499)
Gastos com empréstimos	(1.410)	(2.611)	(1.410)	(2.611)
Juros de arrendamento - Direito de uso (ii)			(93.401)	
Outras	(706)	(954)	(8.613)	(11.068)
	<u>(48.738)</u>	<u>(36.649)</u>	<u>(341.231)</u>	<u>(211.156)</u>

(i) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

(ii) Nesta rubrica encontram-se efeitos do IFRS 16, conforme descrito na nota 1.3.

**27 Resultado por segmento de negócios**

	<b>Presencial</b>		<b>EAD</b>		<b>Estácio</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Receita operacional bruta	4.953.210	4.889.843	1.231.745	894.325	6.184.955	5.784.168
(-) Deduções da receita bruta	(2.082.810)	(1.813.224)	(537.109)	(351.567)	(2.619.919)	(2.164.791)
Receita operacional líquida	<u>2.870.400</u>	<u>3.076.619</u>	<u>694.636</u>	<u>542.758</u>	<u>3.565.036</u>	<u>3.619.377</u>
Custos dos serviços prestados	(1.429.238)	(1.556.320)	(91.480)	(76.492)	(1.520.718)	(1.632.812)
Pessoal	(1.021.836)	(1.109.145)	(47.193)	(51.196)	(1.069.029)	(1.160.341)
Aluguéis, condomínio e IPTU	(39.319)	(243.543)	8	(40)	(39.311)	(243.583)
Material didático	(8.883)	(6.505)	(324)	(67)	(9.207)	(6.572)
Serviços de terceiros e outros	(96.991)	(100.648)	(43.257)	(24.548)	(140.248)	(125.196)
Depreciação	(262.209)	(96.479)	(714)	(641)	(262.923)	(97.120)
Lucro bruto	<u>1.441.162</u>	<u>1.520.299</u>	<u>603.156</u>	<u>466.266</u>	<u>2.044.318</u>	<u>1.986.565</u>



**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

**28 Imposto de renda e contribuição social**

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão apresentados a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	645.943	639.955	657.928	653.180
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(219.621)	(217.585)	(223.696)	(222.081)
Equivalência patrimonial	237.150	238.232		
Despesas não dedutíveis (i)			(4.824)	(3.381)
Prejuízo fiscal não constituído	(17.332)	(16.176)	(20.227)	(21.009)
Outras			3.135	1.541
	197	4.471	(245.612)	(244.930)
Benefícios fiscais				
Incentivo fiscal - PROUNI			227.908	229.107
Incentivo fiscal - Lei Rouanet			5.689	6.200
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	197	4.471	(12.015)	(9.623)

(i) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes			(50.030)	(58.153)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	197	4.471	38.015	48.530
Imposto de renda e contribuição social de períodos anteriores			227	869
Imposto de renda e contribuição social diferido – PERT		447		447
	197	4.918	(11.788)	(8.307)

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 160.136 (R\$ 131.390 em 31 de dezembro de 2018). A composição do efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ajuste a valor presente			9.626	15.868
Provisão para contingências	104	98	40.261	43.152
PCLD			46.995	31.362
Mensalidades a faturar / cancelar			20.390	12.019
Provisão para desmobilização			6.231	5.623
Fundo de comércio			(14.526)	(6.772)
Provisão Risco Fies			7.248	7.121
Opções outorgadas reconhecidas	191		36.268	31.126
Arrendamentos			13.499	(376)
Ágio incorporadas			(11.290)	(11.290)
Depreciação	13	13	4.540	2.663
Prejuízo fiscal			894	894
	<u>308</u>	<u>111</u>	<u>160.136</u>	<u>131.390</u>
Ativo	308	111	163.025	136.576
Passivo			(2.889)	(5.186)
	<u>308</u>	<u>111</u>	<u>160.136</u>	<u>131.390</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizadas em 31 de dezembro de 2019 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não há expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2019 a controlada IREP possui imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 9.060 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 140.988 (R\$ 123.656 em 31 de dezembro de 2018) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

## 29 Compromissos

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, requeridos e não canceláveis, relacionados as obrigações contratuais assumidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e cinco anos</b>	<b>Acima de cinco anos</b>
Compromissos em 2019			
Arrendamentos / Contratos de aluguel dos campi	208.371	708.406	408.864
Compromissos em 2018			
Arrendamentos / Contratos de aluguel dos campi	215.493	612.592	433.988

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

---

**30 Eventos subsequentes**

Em 18 e 21 de fevereiro de 2020 foram celebradas as operações de *Credit Agreements* (Op. 4131) entre a Companhia e o Citibank no montante total de USD 190.000, os quais estabelecem os termos e condições gerais para realização de operações de derivativo, sob a forma de *hedge*, para fins exclusivos de cobertura cambial referente às operações financeiras com o registro perante o SISBACEN (módulo RDE/ROF), com o objetivo de créditos para futuros investimentos.

Em 03 de março de 2020 celebramos a Cédula de Crédito Bancário entre a Companhia e o Banco Santander com volume total de R\$ 500.000. A taxa de juros da Operação corresponde a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, com o objetivo de créditos para futuros investimentos.

\* \* \*